

Análise de um Discurso Parlamentar sob a Ótica do Tratado da Argumentação de Chaim Perelman

Rosana Cristina da Cunha

Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas

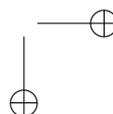
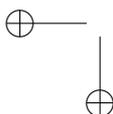
NESTE estudo, proponho-me a analisar, do ponto de vista discursivo e argumentativo, um trecho de um discurso parlamentar proferido por um deputado federal do Estado de São Paulo, para defender-se da acusação de quebra de decoro parlamentar.

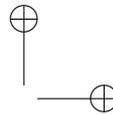
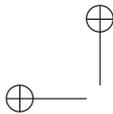
A análise terá como base teórica as reflexões sobre o discurso argumentativo do filósofo Chaim Perelman (2005) consolidadas em seu Tratado da Argumentação, obra que se tornou clássica por seu pioneirismo no resgate e reabilitação da retórica aristotélica, dando início ao que se conhece como “Nova Retórica”.

O trabalho de Perelman tem sido largamente reconhecido e aplaudido pela introdução de novos conceitos, como os de auditório particular e auditório universal, e por se dedicar a um projeto teórico baseado na “lógica dos julgamentos de valor”. Ao mesmo tempo em que defende a impossibilidade de uma interpretação “verdadeira”, Perelman se insurge quanto à perspectiva de renunciar “a qualquer filosofia prática e a abandonar a disciplina da conduta humana ao sabor de emoções e interesses” (2005: XV), o que, segundo ele, conduziria à violência.

Diante da insuficiência de um raciocínio puramente matemático, cartesiano, que possa sustentar a totalidade da ciência moderna, Perelman irá resgatar a noção de raciocínio dialético para elaborar uma teoria que não renuncia à razão, mas que privilegia o debate e a análise dos argumentos que governam as decisões, abrindo-se assim para o pluralismo, tanto nos valores morais como nas opiniões.

Sempre tendo em conta a perspectiva de Perelman (2005), esta análise iniciará-se pela discussão do auditório a que se dirige o orador em questão e partirá, em seguida, para um exame de algumas das técnicas argumentativas de que ele lança mão para convencer seu interlocutor a se posicionar pela sua absolvição.





Corpus de análise e situação de produção

O corpus objeto desta análise é constituído por um excerto do discurso proferido, no Plenário da Câmara dos Deputados, em 05 de abril de 2006, pelo Deputado Federal João Paulo Cunha, do Partido dos Trabalhadores – PT/SP. Nessa ocasião, o Deputado defendeu-se da acusação de violar o decoro parlamentar (Representação 44 de 2005, da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados), por ter-se beneficiado de um saque de 50 mil reais da conta do publicitário e empresário Marcos Valério, por sua vez acusado de operar um gigantesco esquema de corrupção – que ficou conhecido como “valerioduto” – para arrecadar fundos para a legenda petista.

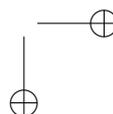
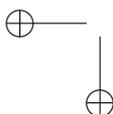
Após o discurso, os demais deputados iriam votar pela sua absolvição ou pela cassação de seu mandato parlamentar. O deputado foi absolvido; foram 256 votos pela absolvição contra 209 pela cassação, sendo que eram necessários 257 votos para a cassação do mandato.

Análise do corpus

Do auditório

Perelman (2005: 22) define auditório como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. Chama de persuasiva (que leva à ação) a argumentação que pretende valer apenas para um auditório particular e de convincente àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional (auditório universal).

O auditório do texto em análise é, eminentemente, particular. O deputado pretende persuadir – ou seja, levar a uma ação (a sua absolvição) – e não apenas convencer seus colegas, que irão votar logo em seguida ao seu pronunciamento. Ainda que, na abertura de sua fala, ele se dirija a um auditório muito maior (aparentemente universal) – “Senhor Presidente (...), companheiros da Mesa, Sras e Srs. Deputados, público presente, minha família, meus amigos, meus companheiros, povo brasileiro que assiste a esta sessão” – o auditório que procura influenciar não se identifica exatamente com este a que ele amplamente se dirige; identifica-se, sim, com os deputados que irão votar, pois apenas estes detêm o poder e a legitimidade de definir (ação pelo voto) a continuidade ou não de seu mandato parlamentar. Sobre isso, Perel-



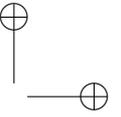
man (2005:21) ressalta: “como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar”.

Vários outros aspectos evidenciam esse caráter particular do auditório do locutor, tais como a utilização de uma linguagem bastante formal (própria do discurso parlamentar) e, por vezes, técnica, compreensível apenas por quem domina o processo legislativo (“mandei o voto em separado”; “Comissão de Constituição, Justiça e Redação”; “membros da Mesa” etc.), as recorrentes referências a autoridades filosóficas (Ortega Y Gasset, Aristóteles, Sócrates, Padre Vieira etc.), a utilização de noções altamente abstratas e complexas (“ética”, “verdade”), as referências históricas (“episódio de Atenas”), as comparações sofisticadas (política e guerra; “a arte de marchetar”).

Tudo isso torna bem evidente o auditório presumido do discursador, ou seja, os outros deputados que são seus colegas de mandato. Nesse sentido, Perelman (Ibidem: 22-23) afirma que “o auditório presumido é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada” e diz ainda que o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é uma condição prévia para a argumentação.

Evidentemente, em se tratando de uma pessoa pública, que sempre depende, para se reeleger, do voto da população (do seu Estado, no caso), poder-se-ia dizer que, de maneira tangencial, o discurso também seria dirigido a essa parcela da população, que também deteria, em um determinado momento (as eleições), o poder para (a ação de) elegê-lo ou não como seu representante político. Entretanto, nessa situação específica em que o discurso é proferido, esse auditório não pode efetivamente agir em proveito do locutor, porque não tem legitimidade para tal. Apenas em um segundo momento, após a manutenção do seu status quo, que se encontra em jogo, é que esse outro auditório (também particular) estaria legitimado para agir.

É bastante provável que, acreditando na possibilidade de sua absolvição (e conseqüentemente, de concorrer em uma nova eleição), o locutor aproveite a oportunidade para dirigir-se, ainda que indiretamente, também a esse outro auditório (seus eventuais eleitores). Isso é revelado nas referências menos requintadas e mais emotivas, como a alusão à família (ao pai, à filha), a menção a um cantor de rock nacionalmente conhecido (Raul Seixas), as demonstrações sentimentais (“eu sofro, sofri e sofrerei”, “isso é muito duro para mim!”), a alusão a sua trajetória de vida (sobretudo a anterior à política: operário/meta-



lúrgico), querendo, com isso, obter a adesão de um auditório bem mais amplo e menos especializado.

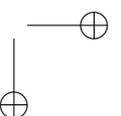
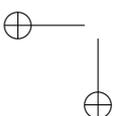
Do Ponto de Partida da Argumentação

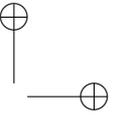
Um dos pontos de partida da argumentação diz respeito à escolha dos dados, à sua apresentação, à forma do discurso etc. Segundo Perelman (Ibidem:162), o orador tem diversos meios para dar a conhecer ao auditório a matéria de seu discurso e estes estão relacionados à apresentação dos dados ou à sua escolha. Falarei, a seguir, de alguns desses aspectos que estão presentes no discurso em análise.

A repetição é uma figura que tem por efeito aumentar o sentimento de presença. Para Perelman (Ibidem:198), a repetição tem o efeito argumentativo não só de proporcionar a presença, mas também, sob a forma de repetição, de oferecer distinções. Assim, no seguinte trecho: Não tenho dúvida alguma de que a resposta ao “para que” é para que eu possa, depois disso, ser outro homem, outro cidadão, outro companheiro, outro político, o orador, além de ser enfático (conferir presença), quer distinguir todas essas figuras (homem, cidadão, companheiro, político) daquelas que ele pretende ser doravante (“outros”, claro, melhores que os anteriores).

O uso das noções não formalizadas, ou seja, noções que levantam problemas quanto à sua precisão conceitual são também bastante importantes na apresentação dos dados. É justamente na vaguidão, na imprecisão do conceito, que se encontra a força argumentativa de tais noções. Há vários exemplos do uso impreciso dessas noções ao longo de todo o discurso. O orador vale-se recorrentemente de conceitos como “honestidade”, “confiança”, “respeito”, “verdade”, altamente abstratos e vagos.

Entretanto, o conceito mais largamente utilizado - igualmente vago - e que se encontra repetido inúmeras vezes durante o discurso é o de “ética”. Valendo-se justamente da plasticidade desse conceito, o orador parte, então, para a sua própria definição dele. Conforme Perelman (Ibidem:195), “a definição oratória é uma figura da escolha, pois utiliza a estrutura da definição, não para fornecer o sentido de uma palavra, mas para pôr em destaque certos aspectos de uma realidade que correriam o risco de ficar no último plano da consciência” (grifo meu). Isso é o que ocorre no seguinte excerto do discurso:

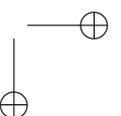
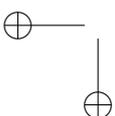


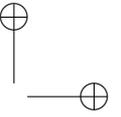


“Hoje deparamos com a exigência singular e imperiosa de qualquer cidadão que queira desenvolver uma atuação política com ética. Mas ética não é algo circunstancial que se adquira num dia e se perca no dia seguinte; não é algo que não se tem e, de repente, passa-se a ter; algo que se pratique somente no ramo de sua atividade. Ética é algo que se incorpora na vida de cada um. Você é ético em sua família, com seus amigos e companheiros, em sua ação parlamentar, na relação com seus eleitores”.(grifo meu)

Nota-se, nessa parte do discurso, que o orador não faz uma definição propriamente dita do que seja “ética”, mas utiliza uma estrutura idêntica à utilizada para definir: “ética é...” e “ética não é...”. Ao fazer isso, o que ele pretende não é fazer uma definição dicionarista do termo, mas, antes, destacar o aspecto “duradouro”, “continuado” que deve permear essa noção. Isso porque pretende que o seu interlocutor – seus pares – sejam levados a considerar o conceito não de uma forma pontual (em relação a um determinado momento da sua vida), mas de uma forma ampliada, que possa abranger toda a sua trajetória. Aqui também está presente o uso da técnica argumentativa do todo pela parte, sobre a qual falarei no próximo tópico.

A escolha das formas verbais é outro aspecto a se considerar na apresentação dos dados. Na concepção de Perelman (Ibidem:168-169), “a escolha dos termos, para expressar o pensamento, raramente deixa de ter alcance argumentativo”. No caso sob análise, é evidente o uso estratégico do vocábulo “circunstância” pelo orador, que recorre a esse conceito 7 vezes, no decorrer do seu discurso. Fica patente a sua intenção de usar uma terminologia mais vaga (ou no dizer de Perelman, “afastada da linguagem habitual”) para evitar o emprego de termos que em nada lhe beneficiariam, porque remeteriam ao erro que cometeu. É a esse aspecto que se refere Perelman, quando diz que a escolha de um termo situa o objeto do discurso numa categoria, melhor do que o faria o uso do sinônimo. Isso ocorre, por exemplo, no fragmento “a circunstância, muitas vezes, leva-nos a profundo questionamento”, em que faz referência à falha cometida, mas não utiliza nenhuma terminologia explícita desse conceito. O momento mais evidente dessa estratégia ocorre justamente na sétima utilização do termo, no trecho a seguir: Por isso, muitas vezes fico indagando de mim mesmo como posso ter caído nessa circunstância, se essa é exatamente a razão de minha ação política de tantos anos... O emprego da palavra “circunstância” nesse trecho soa quase estranho, porque não é comum se dizer que “se cai em uma circunstância”; cai-se, geralmente, em uma cilada,





em uma armação. Talvez seja justamente essa noção que o orador deseje suscitar, i.e., a de que ele foi induzido ao erro, que não teve a intenção, o propósito de incorrer em um ato falho, que foi levado pelas circunstâncias.

Das Técnicas Argumentativas

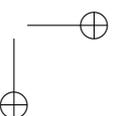
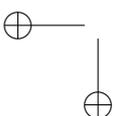
São várias as técnicas argumentativas presentes no texto sob análise. Analisaremos algumas delas, sempre tendo como base a teoria da argumentação proposta por Perelman (2005).

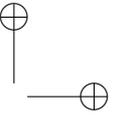
1. Argumentação por analogia: Perelman (Ibidem:424) enxerga a analogia como uma similitude de estruturas, cuja fórmula mais genérica seria: A está para B assim como C está para D. Um exemplo de analogia está presente no seguinte fragmento do texto em foco:

“A arte de marchetar dá a impressão de que algo seja bonito. A arte de marchetar é a arte de cortar madeiras das mais diversas origens e colocar uma ao lado da outra, formando bonitas figuras geométricas (...). Muitas vezes, as palavras são utilizadas com a arte do marcheteiro. A partir de uma palavra forma-se uma frase; a partir dessa frase, forma-se um período, e, a partir do período, forma-se um texto. Enfim, forma-se o que quiser com as palavras.”

Têm-se aqui duas relações (A está para B assim como C está para D), ou seja, madeira (A) está para figura geométrica (B), assim como palavra (C) está para texto (D). Ao fazer uma analogia da arte do marcheteiro com a ação de escrever um texto, o orador pretende ressaltar o que é comum a ambas relações, ou seja, a liberdade de manipulação dos dois objetos: a madeira, de um lado; e a palavra, de outro. Com essa analogia, ao dizer que a arte de marchetar “dá a impressão de que algo seja bonito”, ele pretende também dizer que um texto bem escrito (como as várias matérias jornalísticas, editoriais e textos de opinião que o acusavam na mídia nacional) também “dá a impressão” de ser bonito, bem articulado, bem feito, mas que, em ambos casos, trata-se de uma “impressão” que advém da manipulação incondicional.

b) Argumentação por sacrifício: segundo Perelman (Ibidem: 281-282), “um dos argumentos de comparação utilizados com mais frequência é o que alega o sacrifício a que se está disposto a sujeitar-se para obter certo resultado”. O sacrifício mede o valor atribuído àquilo por que se faz o sacrifício;





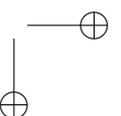
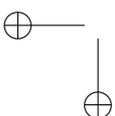
quanto mais valor possuir a coisa sacrificada mais alto será o grau desse argumento. Este argumento está presente no seguinte excerto do texto: (...) Tenho 22 anos de mandato. A metade da minha vida, um pouco mais, eu me entreguei para esta ação – e me entreguei com prazer, não reclamo disso. (grifei)

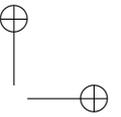
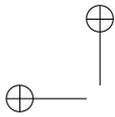
Nesse trecho, o deputado compara (ainda que simule não fazê-lo) o exercício do mandato político com o sacrifício da vida pessoal. Ao utilizar o vocábulo “entregar-se”, fica clara sua intenção de exprimir o exercício da política como um fardo, um peso, um sacrifício, em prol dos outros cidadãos. Isso fica ainda mais evidente quando repete, logo em seguida, que se entregou com prazer, aumentando ainda mais o valor argumentativo do sacrifício, já que, normalmente, sacrifícios se fazem a contragosto. Mas, no seu caso, ele sente prazer em se sacrificar e por isso “não reclama” disso. A presença do verbo “reclamar” é outra evidência desse sacrifício; já que normalmente a maioria das pessoas reclama de ter que fazer sacrifícios, mas ele não. Colocase, portanto, como um ser superior que, além de sacrificar sua vida pessoal – que é um bem de altíssimo valor – em favor dos outros, o faz sem reclamar e, até mesmo, com prazer.

1. Inclusão da parte no todo: a relação do todo com suas partes é tratada pelo ângulo quantitativo, ou seja, o todo engloba a parte e, portanto, é mais importante do que ela (Ibidem:262). A utilização dessa técnicas fica bastante clara no seguinte trecho, já anteriormente analisado sob outro enfoque:

“Mas ética não é algo circunstancial que se adquira num dia e se perca no dia seguinte; não é algo que não se tem e, de repente, passa-se a ter; algo que se pratique somente no ramo de sua atividade. Ética é algo que se incorpora na vida de cada um...”

Nesse caso, o principal efeito pretendido por essa técnica é o de que não se deve julgar toda a trajetória de um homem (todo) por um fato pontual – ou mais exatamente – por uma ação praticada isoladamente (parte). Nesse ponto, o deputado praticamente chega a admitir que errou, como o faz, discretamente, em outro momento do discurso. Entretanto, clama a seus pares que não o julgue por essa falha específica (“algo circunstancial”), mas por toda a sua história de vida, toda a sua carreira política, de cujo exame, acredita, não se encontrarão outras falhas, sendo, portanto, muito mais relevante que a ação pontual de que é acusado.



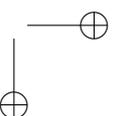
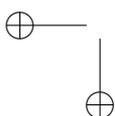


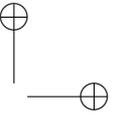
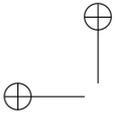
1. Argumentação por comparação e a regra de justiça: nas comparações, cotejam-se vários objetos para avaliá-los um em relação ao outro (Ibidem: 274). Já a regra de justiça “requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou situações que são integrados numa mesma categoria” (Ibidem:248). Essas duas técnicas argumentativas são utilizadas pelo orador, especialmente no seguinte trecho:

“(...) havia opinião pública na época de Sócrates. A opinião pública de Atenas, à época, fez um julgamento sem direito à defesa e condenou Sócrates à morte. (...) Então, V.Exas. podem perceber que a opinião pública nem sempre acerta (...), nem sempre tem o condão de dizer o que é certo e o que é errado. Muitas vezes, ela toma uma posição que o tempo se encarrega de desmentir.”

Nesse trecho, o orador pretende comparar a sua situação com a do filósofo e pensador grego Sócrates, o qual foi sumária e injustamente condenado pela opinião pública de Atenas. O deputado quer dar a entender que ele também pode ser vítima do julgamento sumário e injusto da opinião pública, tal qual ocorreu com Sócrates. Ele e Sócrates estariam, portanto, integrados na mesma categoria – a de seres condenados injustamente pela opinião pública. O orador reivindica a aplicação da regra da justiça, a qual, nesse caso, seria aplicada ao trazer para a atualidade um exemplo da antigüidade, pretendendo-se um julgamento idêntico (imparcial e justo) ao que teria Sócrates se ele fosse julgado nos tempos de hoje. A comparação com um consagrado ícone do pensamento universal deve-se ainda à tentativa de repelir uma máxima que se traduz no provérbio popular “a voz do povo é a voz de Deus”. Segundo Perelman (Ibidem:188), “uma máxima sempre pode ser repelida, o acordo que ela invoca jamais é obrigatório, mas sua força é tão grande, ela se beneficia de tamanha presunção de acordo, que são necessárias sérias razões para rejeitá-la”

1. Argumentação por autoridade: o argumento de autoridade utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese. Uma mesma autoridade é valorizada ou desvalorizada conforme coincida ou não com a opinião dos oradores (Ibidem:348-350). No presente caso, o orador destaca a autoridade da mídia, não para valorizar a opinião desta, mas, ao contrário, para desacreditá-la, conforme se mostra no seguinte excerto:





“(...) lutar com o poder que está instalado por meio da mídia é coisa ingrata. Pode-se pensar que se pode contê-lo, mas não há, absolutamente, força capaz disso. A mídia acaba atropelando qualquer pessoa que se põe diante dela. Exatamente por isso fiz opção pelo silêncio (...)”

Aqui, o orador, embora reconheça o imenso poder, a autoridade da mídia enquanto formadora de opinião, pretende desvalorizar essa autoridade, sugerindo que esta está muito mais baseada na força (que “atropela”) do que na razoabilidade e na imparcialidade. Justifica, dessa forma, sua opção pelo silêncio quando dos muitos ataques que lhe foram dirigidos pelos meios de comunicação.

Considerações Finais:

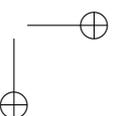
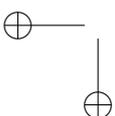
Neste trabalho, tentei ressaltar alguns dos principais aspectos da teoria da argumentação de Perelman presentes em um excerto de um discurso parlamentar. Esta análise não pretendeu esgotar todas as técnicas argumentativas e outras questões previstas por Perelman e que estariam presentes no texto analisado. Há, certamente, bastante espaço para que tal análise possa ser ainda mais estendida e aprofundada, já que os conceitos e questões abordados por Perelman em seu Tratado de Argumentação são inúmeros e dotados de muita complexidade. Entretanto, do exame feito, já foi possível observar o quanto rica, bela e densa é a teoria da argumentação que esse autor nos apresenta e o quanto se pode explorá-la para uma compreensão maior e mais consciente do discurso argumentativo.

Referências

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. (2005). *Tratado da Argumentação. A nova retórica*. Martins Fontes: São Paulo.

Anexo

Trecho do discurso proferido pelo Deputado JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP) na Sessão Plenária da Câmara dos Deputados em 05 de abril de 2006:



“Sr. Presidente, Deputado Aldo Rebelo, companheiros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, público presente, minha família, meus amigos, meus companheiros, povo brasileiro que assiste a esta sessão, em momentos difíceis como este, que nos põem à prova como seres humanos, imediatamente vem à nossa cabeça o comum questionamento do porquê. Por que temos de passar por experiências como esta?

Permita, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inverter a lógica da pergunta. Pergunto: para quê? Essa pergunta vem a calhar porque no fundo da minha alma resgato um pouco a resposta para minha pergunta: para quê? Descubro que é exatamente para que possamos aprender, para que possamos enfrentar esta provação e dela tirarmos lições e sairmos mais fortes, mais humildes, mais dispostos a continuar nossa jornada.

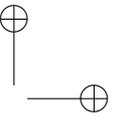
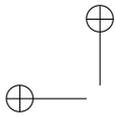
Não tenho dúvida alguma de que a resposta ao 'para quê' é para que eu possa, depois disso, ser outro homem, outro cidadão, outro companheiro, outro político. Essa a razão básica da pergunta inicial que me faço, à qual tento responder, com a permissão de V.Exas.

E é com este sentimento de honestidade, de confiança e de respeito que me dirijo a cada uma das Sras. Deputadas, a cada um dos Srs. Deputados, à minha família, aos meus amigos, aos meus companheiros e ao povo brasileiro, para prestar conta desse episódio, para tentar convencê-los de que a circunstância, muitas vezes, leva-nos a profundo questionamento. E há mudanças para as quais temos de estar abertos.

O filósofo espanhol Ortega y Gasset cravou, no século passado, a máxima utilizada no mundo todo de que o homem é um 'eu e sua circunstância'. E completou dizendo que a vida e a circunstância integram o próprio homem, e que, portanto, viver é viver em alguma circunstância.

E vejam os senhores em que circunstância eu me encontro hoje. Tenho 22 anos de mandato. A metade da minha vida, um pouco mais, eu me entreguei para esta ação - e me entreguei com prazer, não reclamo disso. Fui Vereador, Líder de bancada na minha cidade, Deputado Estadual, Líder de bancada no meu Estado, Deputado Federal, Líder de bancada nesta Câmara dos Deputados, e me transformei Presidente da Câmara. Fui Presidente do meu partido no meu Estado, dirigente do meu partido no meu Município, dirigente no meu partido no plano nacional.

Antes disso, pratiquei diversas atividades: fui dirigente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da minha cidade, da Pastoral da Juventude, da Pas-



toral Operária e militei pela democratização do País. E, em todo esse tempo, Sr. Presidente, nunca precisei comparecer a canto nenhum para responder sobre meus atos e minhas ações. Eu sempre tive, e tentei ter, comportamento condizente com aquilo que falo e com aquilo que pratico. Mas a circunstância me impõe vir aqui ao plenário desta Casa justificar e conversar com os Srs. Parlamentares sobre o que é exatamente o meu interesse. Confesso aos nobres Deputados e às nobres Deputadas: isso é muito duro para mim! Eu sofro, sofri e sofrerei, eu e as pessoas que me conhecem.

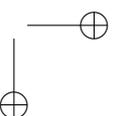
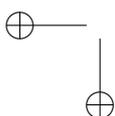
Confesso até a V.Exas. que pensei, no começo dessa crise, em deixar o resto que remanesce do meu mandato e ir embora - mas não para tentar buscar no próximo pleito o retorno. Confesso que pensei em tentar reconstruir um novo caminho, repensar minha vida e buscar, eventualmente, até outra atividade. Pensava em outra coisa. Mas resisti. E resisti a partir de 2 coisas simples que talvez nem interesse muito a V.Exas, mas que desejo partilhar. Há um retrato do meu pai, no meu escritório, em São Paulo. Abaixo do retrato há uma frase do Raul Seixas que diz assim: 'Se me faltar coragem para seguir viagem, a fé que me faltar eu vou buscar em você, meu pai.'

Meu pai foi um operário. Trabalhou durante 25 anos como metalúrgico em Osasco. Ele me ensinou 4 coisas básicas: a honra, a moral, a honestidade e a solidariedade. E eu as pratico, como meu pai falou e me ensinou.

Se não bastasse isso, a minha filha, no início da crise, perguntou-me: 'Mas, pai, por quê?' A partir daquele instante eu pensei: 'Eu não vou partir. Eu vou ficar, vou resistir e vou falar.'

Pois bem. Trago a V.Exas. 2 coisas: em uma mão, a minha história; e, na outra mão, a verdade.

A arte de marchetar dá a impressão de que algo seja bonito. A arte de marchetar é a arte de cortar madeiras das mais diversas origens e colocar uma ao lado da outra, formando bonitas figuras geométricas. Com madeiras diferentes é uma bela arte. Pois bem. Muitas vezes, as palavras são utilizadas com a arte do marcheteiro. A partir de uma palavra forma-se uma frase; a partir dessa frase, forma-se um período, e, a partir do período, forma-se um texto. Enfim, forma-se o que quiser com as palavras. Elas estão dispostas na prateleira para serem usadas do jeito que quisermos. Mas decidi aqui ficar e conversar com os senhores com essas 2 coisas: com a minha história e com a verdade. Evidentemente, posso estar errado, mas os companheiros e com-



panheiras que lutarem com a história e com a verdade serão bem recebidos e, certamente, serão absolvidos.

Esse tipo de processo, Sr. Presidente, muito difícil, nos leva a lembrar importante frase: a política é quase tão incitante quanto a guerra e tão perigosa quanto ela. A diferença é que na guerra só se morre somente uma vez, enquanto a gente permanentemente está morrendo na política.

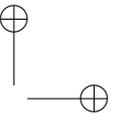
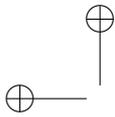
Digo isso desta tribuna, perante as Sras. e os Srs. Deputados, para me desculpar. Peço desculpas ao Deputado Cezar Schirmer se o ofendi, há alguns dias, quando do encerramento dos trabalhos no Conselho de Ética. E quero estender minhas desculpas a seus companheiros, à sua família, a seus amigos do Rio Grande do Sul, caso também tenham se ofendido. Isso não é do meu feitio; não faz parte da minha vida. Então peço desculpas, e deixo-as registradas. Afinal, nós somos diferentes. Espero que S.Exa. receba minhas desculpas de bom coração.

Consciência é a palavra chave que tenho utilizado neste período e que quero utilizar nesta reflexão com as senhoras e os senhores.

Após a meditação, após meu silêncio, atitude que tomei de forma pensada e como opção, tenho que dizer que fiz o que era correto porque, muitas vezes, lutar contra o poder que está instalado por meio da mídia é coisa ingrata. Pode-se pensar que se pode contê-lo, mas não há, absolutamente, força capaz disso. A mídia acaba atropelando qualquer pessoa que se põe diante dela. Exatamente por isso fiz opção pelo silêncio, e hoje me sinto confortável, mais tranqüilo, em particular com minha consciência e com as pessoas com quem conversei.

Tive a oportunidade de mandar aos Srs. Deputados, salvo engano, 3 correspondências. Para alguns Deputados, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para os Srs. Líderes, para os membros da Mesa, para nosso Procurador e para nosso Ouvidor, mandei o Voto em Separado, peça mais substancial, de quase 80 páginas, para que os companheiros pudessem lê-lo. Fiz isso seguro de que estava prestando um serviço à Casa; de que estava prestando um serviço aos Srs. Deputados para que, hoje, pudessem se posicionar com um pouco mais de tranqüilidade.

A tranqüilidade do posicionamento se dá fundamentalmente na Ética. É na Ética, Sr. Presidente, que gostaria que pudéssemos buscar o gancho para o voto de hoje.



Vejam bem. Há quase 400 anos antes de Cristo, em Atenas, tivemos um grande filósofo, um marco na história da Filosofia, porque trouxe à luz a idéia de se compatibilizar a discussão ética com a política. Aristóteles conseguiu fazer isso de forma perfeita, de forma muito combinada, 400 anos antes de Cristo.

Desse episódio de Atenas, Sr. Presidente, é importante considerarmos que, naquela época, já existia opinião pública - e quero que V.Exas. considerem como parêntese que havia opinião pública na época de Sócrates. A opinião pública de Atenas, à época, fez um julgamento sem direito à defesa e condenou Sócrates à morte. Os crimes cometidos por Sócrates foram 2: o primeiro, afrontar o Estado da época no questionamento a seus deuses, e, segundo, corromper sua juventude.

Então, V.Exas. podem perceber que a opinião pública nem sempre acerta. A opinião pública nem sempre tem o condão de dizer o que é certo e o que é errado. Muitas vezes, ela toma uma posição que o tempo se encarrega de desmentir.

Sócrates é tão marcante que consideramos os pré-socráticos e os pós-socráticos para bem definir sua passagem na História da Humanidade.

O desenvolvimento da Ética continuou ao longo da história. Hoje deparamos com a exigência singular e imperiosa de qualquer cidadão que queira desenvolver uma atuação política com ética. Mas ética não é algo circunstancial que se adquira num dia e se perca no dia seguinte; não é algo que não se tem e, de repente, passa-se a ter; algo que se pratique somente no ramo de sua atividade. Ética é algo que se incorpora na vida de cada um. Você é ético em sua família, com seus amigos e companheiros, em sua ação parlamentar, na relação com seus eleitores.

Quero dizer com muita tranquilidade que tenho atuado todos esses anos baseando-me essencialmente na Ética. Por isso, muitas vezes fico indagando de mim mesmo como posso ter caído nessa circunstância, se essa é exatamente a razão de minha ação política de tantos anos...”

